

Ata n.º 15
Assembleia de Freguesia de Paranhos
Quadriénio 2021/2025
24/09/2024

----- Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Paranhos, em reunião ordinária, no Auditório Horácio Marçal, sito na Rua de Álvaro Castelões, nº 811, 4200-047, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: --

1. Aprovação de alterações ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia de Paranhos; -----

2. Apreciação das atividades e situação financeira da Junta, relativa ao período de junho a setembro de 2024. -----

----- Iniciaram-se os trabalhos com 18 (dezoito) membros da Assembleia de Freguesia presentes, estando ausentes 1 (um) elemento do movimento Aqui há Porto, 1 (um) elemento do PS e 1 (um) elemento do BE. -----

----- O Presidente da Mesa deu início à Assembleia de Freguesia, propondo à assembleia que Carla Maria Brêa tomasse o lugar de Isabel Costa como secretária da Mesa, na medida em que a mesma comunicou a impossibilidade de estar presente. -----

----- A Assembleia aceitou a proposta. -----

----- Deu-se início ao Período antes da Ordem do Dia. -----

----- Deram entrada na mesa 4 (quatro) Propostas de Recomendação; -----

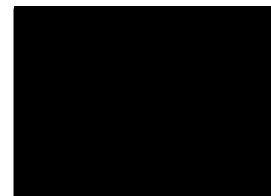
----- Proposta de Recomendação - designada A - do BE, "Pelo reforço da verba destinada às juntas de freguesia no Orçamento Municipal 2025", apresentada por Cláudia Valente; -----

----- Pediu a palavra, Vítor Monteiro pelo PS, que colocou algumas questões ao executivo; -----

----- Pediu a palavra, José Pereira pelo PS, que teceu as suas considerações; -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação A, sendo aprovada por unanimidade. -----

----- Proposta de Recomendação - designada B - do BE, "Alojamento Estudantil,



acessível e de qualidade / Pólo Universitário da Asprela”, apresentada por Cláudia Valente. -----

----- Pede a palavra, Rodrigo Passos pelo PSD, que apresentou os seus considerandos sobre a temática; -----

----- Pede a palavra, Vítor Monteiro pelo PS, que teceu as suas considerações sobre a proposta. -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação B, sendo rejeitada com 5 (cinco) votos a favor do PS e do BE, 1 (uma) abstenção da CDU e 12 (doze) votos contra do PSD e do movimento Aqui há Porto. -----

----- Proposta de Recomendação - designada C - da CDU, “Necessidade de recuperar edifícios escolares da Freguesia de Paranhos”, apresentada por Raquel Freitas; -----

----- Pede a palavra, José Pereira pelo PS, que teceu as suas considerações; -----

----- Pede a palavra, Rodrigo Passos pelo PSD, que apresentou os seus considerandos; -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação C, sendo rejeitada com 6 (seis) votos a favor do PS, do BE e da CDU e 12 (doze) votos contra do PSD e do movimento Aqui há Porto. -----

----- Proposta de Recomendação - designada D - da CDU, “Pela melhoria da iluminação Pública na Freguesia”, apresentada por Raquel Freitas; -----

----- Pede a palavra, José Pereira pelo PS, que teceu as suas considerações; -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação D, sendo aprovada por unanimidade. -----

----- Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, iniciou-se a ordem de trabalhos.

----- Ponto Um - Foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, que resumiu as alterações propostas ao Regulamento e Tabela de Taxas. -----

----- Não existiram intervenções. -----

----- Foi colocado à votação o Ponto 1 da ordem de trabalhos, sendo aprovadas as alterações ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia de Paranhos, com 13 (treze) votos a favor do PSD, do movimento Aqui há Porto e do BE e 5 (cinco) abstenções do PS e da CDU. -----

----- Ponto Dois - foram apreciadas as atividades e a situação financeira da Junta



relativas ao período de 1 de julho a 30 de setembro de 2024. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Junta para dar conhecimento à Assembleia dos temas em análise, nomeadamente sobre a situação financeira e transferências do Município. Elencou as principais atividades e projetos desenvolvidos no último trimestre. -----

----- Pediu a palavra Vítor Monteiro do PS que colocou algumas questões. -----

----- Pediu a palavra José Pereira do PS que teceu algumas considerações. -----

----- Pediu a palavra Raquel Freitas pela CDU, que enunciou algumas iniciativas que poderiam ser abraçadas pela Junta de Freguesia no próximo trimestre. -----

----- Tomou a palavra Miguel Seabra para responder às questões colocadas. -----

----- Não existindo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu como terminado o período da Ordem de Trabalhos, passando a palavra ao Público, não existindo inscrições. -----

----- O Presidente da Assembleia, Pedro Sampaio propôs uma interrupção para ser finalizada a ata de modo a ser lida e votada. -----

----- Após a interrupção, a presente ata foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, pelas 23h35, da qual se lavrou a presente ata, ficando arquivada em anexo a esta ata uma gravação áudio respeitante a esta sessão. -----

----- E eu, Carla Maria Brêa, 1ª Secretária da presente reunião, a elaborei e subscrevo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Paranhos,
Pedro Nuno Costa Sampaio

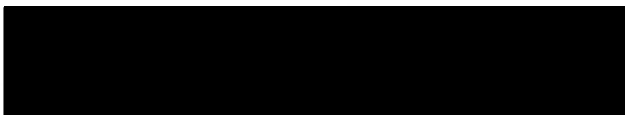
[Redacted signature]

A 1ª Secretária da Mesa,
Carla Maria Brêa

[Redacted signature]



A 2ª Secretária da Mesa,
Maria João Feio Ponces Ramalhão



Handwriting practice lines consisting of 20 horizontal dashed lines.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PARANHOS SETEMBRO 2024

RECOMENDAÇÃO Pelo reforço da verba destinada às juntas de freguesia no Orçamento Municipal 2025
Considerando que:

- 1 - Após vários anos sem actualização, o valor global da verba a transferir para as juntas de freguesia através dos contratos interadministrativos celebrados com o Município do Porto foi revisto para cerca de 3.800.000€ no Orçamento Municipal para 2019;
- 2 - Este reforço, de cerca de 500.000€, representou na altura a um aumento de apenas 15%, não tendo acompanhado o forte crescimento dos orçamentos municipais entre 2014 e 2019 (cerca de 60%);
- 3 - O valor desta verba para 2024 foi de 4.464.000€, tendo aumentado apenas 17% desde 2019, enquanto o orçamento municipal cresceu cerca de 40% durante o mesmo período (2019-2024);
- 4 - No Orçamento Municipal para 2024, as verbas a transferir para as freguesias por via do Orçamento Colaborativo (1.085.000€) e do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense (875.000€) se mantiveram inalteradas, verbas estas destinadas ao financiamento de projetos de entidades terceiras e não ao reforço da atividade e dos serviços prestados pelas juntas;
- 5 - No final de 2024, a Câmara Municipal do Porto anunciou que a verba a transferir através dos contratos interadministrativos seria reforçada em apenas 3% em 2025, um valor muito aquém das necessidades e expectativas das juntas de freguesia, especialmente para fazer face à actualização das despesas com salários.
- 6 - A pandemia da Covid-19, a invasão russa da Ucrânia, o crescimento da inflação e das taxas de juro, entre outros factores, vieram colocar novos desafios às autarquias, nomeadamente ao nível da ação social e do apoio às populações mais vulneráveis;
- 7 - As autarquias dispõem de meios e conhecimentos essenciais na resposta às carências socio-económicas das populações, sendo responsáveis por serviços públicos fundamentais e contando com trabalhadores que conhecem bem o território e as suas necessidades;
- 8 - Os contratos interadministrativos actualmente em vigor referem expressamente a possibilidade de, *“no futuro, poderem vir a ser reponderados o âmbito e os pressupostos destes contratos interadministrativos”*.

Justifica-se uma revisão substancial da verba global a transferir para as freguesias no próximo Orçamento Municipal para 2025, com vista ao reforço da sua capacidade e meios para prestar apoio às populações mais vulneráveis, designadamente em matéria de ação social, conforme também previsto na lei.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Paranhos reunida em sessão ordinária delibera recomendar ao Executivo da Junta:

- 1 - Que diligencie junto da Câmara Municipal do Porto para que, na elaboração do Orçamento Municipal e das Grandes Opções para 2025, seja reforçada a verba global a transferir para as Freguesias no âmbito dos contratos de delegação de competências, com vista ao reforço da sua capacidade de atuação em matéria de acção social;
- 2 - Que, no âmbito das suas competências, defenda junto da Câmara Municipal do Porto uma actualização superior aos 3% anunciados, revendo a actualização prevista para 2025.

Em caso de aprovação, esta recomendação deverá ser remetida para conhecimento às restantes assembleias de freguesia, Câmara e Assembleia Municipal do Porto.

PORTO, SETEMBRO 2024, Pelo Bloco de Esquerda: Cláudia Valente e Pedro Figueiredo

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PARANHOS SETEMBRO 2024
RECOMENDAÇÃO Alojamento Estudantil, acessível e de qualidade / Pólo Universitário da Asprela

Localizado em Paranhos, o Pólo Universitário da Asprela é um dos maiores Pólos Universitários do país e movimenta milhares de estudantes da Universidade do Porto, diariamente distribuídos pelo ISEP, pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, pela Fac. Ciências da Nutrição (UP), Fac. Desporto (UP), Faculdades de Economia, Engenharia, Medicina, Psicologia e Ciências da Educação (UP) também pelo Instituto de Patologia e Imunologia Molecular IPATIMUP, Faculdades de Medicina e medicina Dentária, etc.

Como é do conhecimento geral, anualmente as necessidades de Alojamento Estudantil na freguesia de paranhos são gigantes, dado o avultado número de Faculdades do Pólo da Asprela. A este problema acresce a subida generalizada dos preços imobiliários e de arrendamento no País e no Porto, prejudicando e dificultando como consequência e à comunidade Universitária em particular, o acesso a preços condignos e acessíveis de quartos e apartamentos para arrendar. Estamos perante uma crise geral de Alojamento – nacional e do Porto – e de Alojamento Estudantil em particular, sobretudo nesta última década.

Segundo alerta da Federação Académica do Porto (FAP) “O início do ano lectivo 2024/25 está a ser marcado por uma grave crise no acesso à Habitação, com o custo do alojamento a atingir preços insustentáveis” (VIDA IMOBILIÁRIA, SET 2024). Segundo o Observatório do alojamento estudantil, um quarto no Porto custa em média, 387,00 euros, desafio para cerca de 24.000 estudantes deslocados na cidade, uma grande parte para o pólo da Asprela.

Desde 2018 que existe um Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) que deveria ser cumprido, porém, em 2024, das 18.000 camas previstas até 2026, apenas 1000 foram finalizadas. As medidas aprovadas em maio pelo Conselho de Ministros para o Alojamento Estudantil não garantem alojamento a todos os estudantes deslocados, e nesse sentido a FAP tem apelado “às instituições do Ensino Superior para que “proveitem e esgotem a linha de financiamento de 7 milhões de euros disponibilizada pelo Governo no Eixo 2 das medidas para a Juventude, aumentando a oferta de camas em parceria com entidades públicas, privadas e do sector social.”

Se por um lado, está prevista até meados de 2025, em terrenos situados junto à faculdade de Desporto, a abertura da futura **Residência Universitária da Asprela** numa área de cerca de 5000 m2 para cerca de 206 quartos - Um investimento que duplica as cerca de 236 camas das actuais Residências Públicas **Paranhos e Jayme Rios de Souza** – por outro lado, é investimento muito insuficiente face às carências gerais e face aos preços praticados actualmente nas Residências Privadas. Estas Unidades – Por ex, “AMRO, desde 450,00 euros/mês”; “MICAMPUS”; “KNAUF”; “DHOME PORTO”; “WORLD SPRU, desde 445,00 euros/mês”; “LIVENSA LIVING PORTO” desde 650,00 euros/mês” , etc – são maioritárias na Freguesia, praticam preços proibitivos por unidade, não são uma alternativa acessível à comunidade estudantil

Por fim, e também parte do problema, a desregulação e falta de fiscalização do mercado de subaluguer de quartos em casas de família, com o avultar de situações ilegais, preços exorbitantes, aluguer sem recibo, etc. E neste ponto, no Bloco de Esquerda pensamos ser possível um Programa Municipal tipo “Porto com Sentido” mas para estudantes; Um programa em que o benefício não fosse um favor aos Senhorios, mas um incentivo para colocação de unidades a arrendar numa espécie de PLATAFORMA DE MEDIAÇÃO controlada e transparente, onde não houvesse lugar fuga à passagem de recibos.

Assim sendo, vem o Bloco de Esquerda propor que a Assembleia de Freguesia de Paranhos, aqui reunida em Setembro de 2024, recomende ao Município e ao Governo que tomem medidas para

1. Regular e fiscalizar o mercado privado de arrendamento estudantil
2. Garantir a médio prazo Alojamento Estudantil Público em número suficiente de unidades para suprir as necessidades , mormente as necessidades do pólo da Asprela
3. Combater a especulação de preços no mercado privado

Uma vez aprovado este documento, ele deverá ser distribuído pelo Executivo da Câmara do Porto Grupos Políticos da Assembleia Municipal; bem como pelo Governo e bancadas da Assembleia da República.

PORTO, SETEMBRO 2024, Pelo Bloco de Esquerda: Cláudia Valente e Pedro Figueiredo

Proposta de Recomendação

Necessidade de recuperar edifícios escolares da Freguesia de Paranhos

Considerando que:

1. Está a começar mais um ano escolar;
2. Na freguesia de Paranhos, localizam-se as diversas escolas que se encontram num estado de degradação lastimável, nomeadamente, a Escola Secundária António Nobre, a Escola Básica 2,3 da Areosa e a Escola Básica 2,3 Pêro Vaz de Caminha;
3. Estado esse reconhecido pelo próprio Governo que, na sequência do chamado processo de “descentralização”, subscreveu, com a Associação Nacional de Municípios, um protocolo onde assumiu a responsabilidade pelo financiamento da sua reabilitação.

E dado que:

- A. É inadmissível que, no ano de 2024, os Alunos, os Professores e os Funcionários das escolas da Cidade do Porto tenham de estudar e exercer a sua atividade profissional em escolas com condições infraestruturais deploráveis;
- B. Não é possível haver uma aposta de êxito na Educação de um País sem se proporcionarem boas condições estruturais nas escolas;
- C. Pelo que urge intervir na reabilitação destas Escolas, apostando, a curto prazo, na reparação das principais e emergentes patologias e, a médio prazo, numa intervenção estrutural que adapte as instalações aos desafios educativos e pedagógicos do nosso tempo;

E tendo em conta que:

I. A Câmara Municipal do Porto alega que o Governo, por intermédio do Ministério da Educação, não transferiu para o Município elementos fundamentais para permitir a elaboração dos projetos de reabilitação de algumas destas escolas;

A Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida no dia 24 de setembro, delibera:

1. Manifestar a sua indignação pelo estado de degradação em que se encontram as instalações das escolas situadas no território da freguesia, nomeadamente a Escola Secundária António Nobre a necessitar de intervenção muito urgente, a Escola Básica 2,3 da Areosa a necessitar de intervenção urgente e a Escola Básica 2,3 Pêro Vaz de Caminha a necessitar de obras parciais;
2. Exortar o Governo a, rapidamente, disponibilizar ao Município do Porto os elementos destas Escolas, necessários à elaboração dos projetos para a sua reabilitação;
3. Exortar a Câmara a intervir rapidamente na resolução dos problemas mais candentes destas escolas, designadamente ao nível da eliminação das infiltrações de águas da chuva e reposição das condições de segurança que permitam aos alunos usufruir das instalações na sua plenitude;
4. Exortar a Câmara Municipal do Porto e o Governo a estabelecerem um plano que, efetivamente, permita o financiamento das obras de reabilitação estrutural destas escolas e a sua execução no prazo mais curto possível.
5. Enviar cópia desta Proposta, se aprovada, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto e ao Senhor Ministro da Educação.

Porto, 24 de setembro de 2024

O(A)s Eleito(a)s da CDU – Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Paranhos

DAQUELA MARIA S. NOVES RIBEIRO DE FREITAS

Proposta de Recomendação

Pela melhoria da iluminação Pública na Freguesia

Considerando que:

1. A iluminação pública é fundamental na vida de uma cidade, facilitando a visão e visibilidade dos peões e contribuindo, decisivamente, para a segurança de pessoas e bens e para o crescimento do sentimento de segurança dos Cidadãos;
2. Na Cidade do Porto continuam a existir diversas carências ao nível da iluminação pública, quer pelos índices de luminosidade insuficiente, muitas vezes por opção “decorativa”, quer pela desadequação das luminárias, quer pelos defeitos de funcionamento dos candeeiros, que muitas vezes não funcionam ou funcionam intermitentemente, quer pela inexistência dos mesmos, quer pelo facto de estes terem uma estrutura desadequada face ao arvoredado existente;

E dado que:

- A. Não obstante recentes intervenções do Município com vista à alteração da iluminação pública, a verdade é que, em paralelo com melhorias em alguns arruamentos, se verificam, também, situações em que as soluções adotadas não melhoram os índices de luminosidade e, nalguns casos, mantém os problemas estruturais que existiam (caso da mudança de postes e luminárias mantendo as mesmas no meio das copas de árvores);
- B. Continuam a existir inúmeros arruamentos com falta de iluminação pública ou com insuficiência da mesma.

E tendo em conta que:

A Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida no dia 24 de Setembro, delibera:

1. Manifestar à Câmara Municipal do Porto a sua preocupação com as carências de iluminação pública que se verificam na freguesia e que põem em causa a segurança de pessoas e bens e contribuem para o aumento do sentimento de insegurança dos Cidadãos;
2. Exortar a Câmara Municipal do Porto a adotar as medidas necessárias para uma mais rápida intervenção na melhoria das condições de iluminação pública da cidade, quer pelo efetivo controlo da intervenção do concessionário na reparação das avarias reportadas, quer pela substituição de equipamentos (postes, luminárias e lâmpadas) de forma a melhorar efetivamente os níveis de luminosidade;
3. Recomendar à Junta de Freguesia que adote uma posição mais proativa nesta matéria, com o levantamento das situações existentes na Freguesia ao nível de carências de iluminação pública e reivindicando da Câmara a adoção das medidas necessárias à sua correção;
4. Enviar cópia desta Proposta, se aprovada, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, solicitando-lhes a sua distribuição pelos Eleitos dos Órgãos Municipais a que presidem.

Porto, 24 de setembro de 2024

O(A)s Eleito(a)s da CDU – Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Paranhos

Raquel Maria Simões Rêres de Freitas

